

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO, INTIMAÇÃO DAS PARTES E CONHECIMENTO DE TERCEIROS

Edital de 1º e 2º Leilão dos bens arrecadados nos autos da Ação de Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência e intimação da **Massa Falida de Info Store Comercio e Serviços de Informática Ltda** (CNPJ 01.781.865/0001-03), na pessoa de seu administrador judicial **Adnan Abdel Kader Salem**, advogado (OAB/SP 180.675), dos requeridos **Pedro Teodoro da Silva** (CPF 187.824.648-80), **Luiz Augusto de Oliveira** (CPF 141.242.598-08), **Maercio Bonaldo Junior** (CPF 051.065.948-98) da sua cônjuge **Rosimara Saydel Bonaldo** (CPF 006.621.488-27), **Maercio Bonaldo** (CPF 066.636.488-53) da sua cônjuge e usufrutuária **Neyde Jorge Bonaldo** (CPF 318.409.158-97); da nu-proprietária **Maira Bonaldo** (CPF 111.325.898-51); do credor fiscal **Municipalidade de Santo Antônio de Posse**; do **Ministério Público do Estado de São Paulo**; dos demais credores e eventuais interessados. Processo nº **0033813-96.2002.8.26.0309**.

A Meritíssima Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo, Dra. **Sara Gabriela Zolandek**, na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS QUANTOS ESTE EDITAL VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E A QUEM INTERESSAR POSSA, que, nos termos do Decreto-Lei nº 7.661/45 com base no art. 192 da Lei nº 11.101/2005, com fulcro nos artigos 881 a 903 do Código de Processo Civil, Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e dos artigos 246 a 280 das Normas de Serviço Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/SP – TOMO I, levará a públicos leilões os bens abaixo descritos, arrecadados e penhorados em 25/03/2009, conduzidos pelo Leiloeiro Público Oficial **Ahmad Said Mourad**, regulamente matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 1.084, da casa leiloeira **AGS LEILÕES**, localizada na Rua José Debieux, 35, Conjunto 158, Santana, São Paulo/SP, com telefone (11) 3213-4148, gestor do sistema de alienação judicial eletrônica www.agsleiloes.com.br nas condições seguintes:

DAS DATAS: O **1º Leilão** terá início no dia **07/07/2026**, às **14h00**, com término em **10/07/2026**, às **14h00**, ocasião em que os bens serão entregues a quem maior lance oferecer **de valor igual ou superior à avaliação atualizada conforme Tabela Prática do TJ/SP**.

O **2º Leilão** terá início no dia **10/07/2026**, às **14h01**, com término em **30/07/2026**, às **14h00**, caso não haja arrematante no 1º Leilão, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceitos lances inferiores a **75% do valor da avaliação atualizada conforme Tabela Prática do TJ/SP** (originalmente 50%, ora recalculado nos termos do artigo 843 do Código de Processo Civil para preservação da quota parte da copropriedária alheia à execução).

Em qualquer dos Leilões, se nos 3 (três) minutos finais nenhum lance for ofertado ocorrerá o encerramento. Sobrevindo lances no mesmo período, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de ofertar novos lances.

DOS BENS - LOTE ÚNICO: Casa Residencial com e respectivo terreno de 2.000,00m² situada na Rua Salomão Kury, nº 63, Loteamento Colina da Paineira, Santo Antonio de Posse/SP, ora assim descrito e constituídos: **(i)** A Casa de morada e respectivo terreno construído pelo **Lote nº 03** (três) da **Quadra C**, que mede 20,00m (vinte metros) de frente, igual largura nos fundos, 50,00m (cinquenta metros) da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 04, do lado esquerdo com o lote nº 02 e nos fundos com Candida de Barros Aranha, encerrando uma área de 1.000,00 metros quadrados. Cadastro nº 000005047 e Inscrição Municipal nº 04.0002.0428.00.00. **Matrícula nº 24.244 do CRI da Comarca de Pedreira/SP**; e **(ii)** O Lote de terreno sob o nº **02 (dois)** da **Quadra C**, que mede 20,00m (vinte metros) de frente, igual largura nos fundos, 50,00m (cinquenta metros) da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03, do lado esquerdo com o lote nº 01 e nos fundos com Candida de Barros Aranha, encerrando uma área de 1.000,00 metros quadrados. Cadastro nº 000005093 e Inscrição Municipal nº 04.0002.0448.00.00. **Matrícula nº 24.243 do CRI da Comarca de Pedreira/SP**. **Obs¹:** Consta do Laudo de Avaliação, fls. 1.460/1.477, a edificação de uma casa com a área construída de 260,00m² constituída de sala, dormitórios, cozinha e banheiros. **Obs²:** Conforme certidão, expedida pela Municipalidade Santo Antonio de Posse, consta a área construída de 260,42m². **Obs³:** O imóvel será vendido em

caráter *ad corpus* e no seu estado, sendo de responsabilidade do arrematante, se necessário, a constatação e regularização perante aos órgãos competentes.

DA AVALIAÇÃO: R\$ 614.000,00 (novembro/2020 – Conforme fls. 1.460/1.477 dos autos).

DA AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R\$ 845.422,35 (abril/2026 – Conforme Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP). O valor será atualizado até a data do respectivo Leilão e disponibilizado no [site www.agsleiloes.com.br](http://www.agsleiloes.com.br).

DOS ÔNUS: Consta das matrículas imobiliárias, conforme **R.01/M.24.244 e R.02/M.24.243 (25/06/2002)** a **DOAÇÃO** dos titulares de domínio Maercio Bonaldo e sua mulher Neyde Jorge Bonaldo para os nu-proprietários Maira Bonaldo e Maercio Bonaldo Júnior e sua mulher Rosimara Saydel Bonaldo; conforme **R.02/M.24.244 e R.03/M.24.243 (25/06/2002)** o **USUFRUTO** vitalício em favor dos usufrutuários Maercio Bonaldo e sua mulher Neyde Jorge Bonaldo; conforme **Av.03/M.24.244 e Av.04/M.24.243 (25/06/2002)**, as **CLAUSULAS** de Incomunicabilidade e Impenhorabilidade; e **Av.04/M.24.244 e Av.05/M.24.243 (04/09/2009)**, a **ARRECADACÃO** do imóvel pela massa falida. Consta ainda a Ação de Embargos de Terceiro nº 1016132-66.2020.8.26.0309, em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, opostos por Maercio Bonaldo e sua mulher Neyde Jorge Bonaldo, ora requerido e usufrutuários, arguindo bem de família, pendente de julgamento. **Débitos Fiscais:** Conforme pesquisa realizada junto à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse, referidos imóveis possui débitos de IPTU, inscritos na Dívida Ativa nos valores de R\$ 35.795,71 (Cadastro 000005047) e R\$ 34.333,94 (Cadastro 000005093), bem como não inscritos, referente ao exercício de 2026 (Cadastro 000005047), no valor de R\$ 1.742,03, **totalizando R\$ 71.871,68 (até 30/04/2026).**

DA OCUPAÇÃO: Ocupado pelo requerido, ora usufrutuário e sua esposa, conforme referência nos Embargos de Terceiro nº 1016132-66.2020.8.26.0309.

DA VISITAÇÃO: Interessados em visitar os bens deverão se apresentar na Rua Salomão Kury, 63, Santo Antônio de Posse/SP, CEP 13830-000, trazendo consigo cópia do presente Edital e documento oficial de identificação pessoal. Em caso de recusa do fiel depositário o(a) interessado deverá comunicar o Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara.

DA ARREMATACÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente.

DO PAGAMENTO: O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado pelo Leiloeiro Público Oficial como vencedor. Caso nos Leilões não haja lance para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de Lance de forma parcelada.

LANCE À VISTA – O valor dos bens arrematados deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil expedida pelo arrematante através do Portal de Custas, Recolhimentos e Depósitos do TJ/SP www.tjsp.jus.br/PortalCustas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da realização do respectivo Leilão. Alternativamente, após o encerramento do respectivo Leilão, o Leiloeiro Público Oficial encaminhará referida guia para o e-mail do arrematante, que ficará responsável por sua conferência. O comprovante do depósito deverá ser encaminhado ao Leiloeiro Público Oficial para que seja juntado por este no processo.

PROPOSTA DE LANCE PARCELADO – O interessado em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações poderá apresentar, por escrito (obrigatoriamente via sistema do *site*): até o início do 1º Leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação atualizada; até o início do 2º Leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior a 75% do valor da avaliação atualizada. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por hipoteca do próprio bem. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade,

o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o requerente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. A apresentação da proposta não suspende o leilão. **A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.** Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: em diferentes condições, o Juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; em iguais condições, o Juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao requerente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. O prazo de apresentação das propostas seguirá o já exaustivamente decidido pelo E. TJ/SP – regra que comporta ponderação (Acórdãos em Agravo de Instrumento nºs 2132770-30.2017.8.26.0000, 2199465-29.2018.8.26.0000, 2132317-30.2020.8.26.0000, 2028406-02.2020.8.26.0000, 2143178-41.2021.8.26.0000), respeitando assim os princípios da ampla publicidade e livre concorrência nas licitações.

DA COMISSÃO: DA COMISSÃO: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser paga mediante PIX/TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do Leilão na conta da Leiloeira Pública Oficial, que será enviada por e-mail ao arrematante. A comissão do leiloeiro, não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. Além da comissão, fará jus o Leiloeiro Público Oficial ao ressarcimento das despesas com anúncios, remoção, guarda e conservação do que lhe for entregue para vender, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, inclusive se depois da remoção sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do requerente, a comissão da Leiloeira Pública Oficial, bem como as despesas com remoção e guarda do(s) bem(ns) poderá ser deduzida do produto da arrematação.

DO CANCELAMENTO: Caso os leilões sejam cancelados e/ou suspensos após a publicação do Edital, antes de seu encerramento, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo Leiloeiro Público Oficial, neste caso fixado em 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação. Se ocorrer após a realização do certame positivo, será devido a comissão integral fixada em 5% (cinco por cento), nos termos do §3º, do artigo 7º, da Resolução nº 236/2016, do Conselho Nacional de Justiça que serão pagas pela parte executada ou aquela que der causa ao cancelamento.

DO INADIMPLEMENTO: Se o arrematante ou seu fiador não efetuar os depósitos no prazo estabelecido, o Leiloeiro Público Oficial comunicará imediatamente o fato ao juízo informando também os lances imediatamente anteriores, caso existam, para que sejam submetidos à apreciação do Juiz, bem como será cobrada multa moratória no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação em favor do Leiloeiro Público Oficial, sem prejuízo de demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa, e poderá ainda o Leiloeiro Público Oficial emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo do requerente demandar o arrematante pelo preço com os juros de mora, por ação executiva, instruída com certidão do Leiloeiro Público Oficial em que se declare não ter sido completado o preço da arrematação no prazo marcado no ato do leilão, além da inclusão do arrematante/proponente nos serviços de proteção ao crédito. Não existindo lances subsequentes, volta(m) o(s) bem(ns) a novo Leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

DA FORMALIZAÇÃO: A arrematação constará de Auto que será lavrado de imediato. As hipotecas anteriores à arrematação serão extintas, devendo ser expedido mandado no processo em que realizada a arrematação. O cancelamento do registro de constrições anteriores à arrematação oriundas de outros processos deverá ser requerido pelo arrematante diretamente aos respectivos juízos dos quais foram originadas as constrições. A Carta de Arrematação, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do Leiloeiro Público Oficial e das demais despesas processuais. Qualquer que seja a modalidade de Leilão, assinado o Auto pelo Juiz, pelo arrematante e pelo Leiloeiro Público Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venha a ser julgada procedente a impugnação à arrematação ou ação autônoma, assegurada a possibilidade de

reparação pelos prejuízos sofridos. Os atos e despesas necessários para a transferência, expedição de Carta de Arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências, serão de responsabilidade do arrematante, ficando desde já advertido que precisará estar representado por advogado.

DAS CONDIÇÕES DE VENDA: Os bens serão vendidos em caráter *ad corpus*, no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, descrito de maneira meramente enunciativa, constituindo ônus exclusivo do interessado verificar suas condições *in loco*, antes das datas designadas para os Leilões, bem como providenciar eventual regularização que se faça necessária. Os débitos decorrentes de obrigação real - *propter rem* - como os condominiais, fiscais e tributários (conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional) ficarão sub-rogados até o limite do preço da arrematação (artigo 908, § 1º do Código de Processo Civil). O arrematante responderá pelos débitos de natureza *propter rem* apenas após a tradição (artigo 502 do Código Civil), adquirindo os bens livres destes ônus. Caso o valor levantado em juízo não seja suficiente para a quitação destes débitos, caberá aos seus titulares tomarem todas as medidas judiciais em face dos anteriores proprietários, visando o recebimento da diferença remanescente. A arrematação de bem em hasta pública é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem, justamente para proteção do adquirente e proteção da segurança jurídica (AgInt no AREsp 1.058.033/SP e AgRg no Ag 1.225.813/SP – STJ). Débitos decorrentes de obrigação pessoal - *propter personam* - como contas de consumo não serão de obrigação do arrematante (conforme entendimento firmado no âmbito da jurisprudência do c. STJ). **No caso de bem indivisível, nos termos do Art. 843 do CPC, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. Reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.**

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Até o dia anterior ao Leilão, o Leiloeiro Público Oficial estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do Leilão, através do telefone (11) 3213-4148, do e-mail comercial@agsleiloes.com.br ou, ainda, em seu escritório, na Rua José Debieux, 35, conjunto 158, Santana, São Paulo/SP, CEP 02038-030. Poderá, ainda, comparecer perante o Ofício onde estiver tramitando a ação. Caso permaneçam dúvidas recomenda-se que não ofereça lances pois não são passíveis de simples cancelamento.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Todo o aqui contido é extrato das informações e determinações judiciais constantes nos autos do processo em epígrafe, nos órgãos públicos bem como na legislação vigente. É obrigação das partes interessadas a verificação de todas as informações necessárias antes da participação, sendo incabível a alegação de desconhecimento para beneficiar sua própria torpeza. O Leiloeiro Público Oficial é mero mandatário da parte que objetiva realizar a venda, em nome e por conta de quem pratica todos os atos, não se responsabilizando pela origem, procedência, validade, evicção, vícios ocultos ou existência de impedimentos ou ônus sobre os bens que são colocados em leilão, tampouco sobre tributos incidentes. Aplica-se o princípio da vinculação ao edital/instrumento convocatório (artigo 5º da Lei Federal 14.133/2021) conforme já decidido pelo E. TJ/SP (Acórdão em Agravo de Instrumento nº 2248472-82.2021.8.26.0000).

Se o requerido for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio Edital de Leilão.

Os interessados deverão se cadastrar no site www.agsleiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste Leilão, para participação *on-line*, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do horário previsto para o término do 1º ou do 2º Leilão, observadas as condições estabelecidas neste Edital. Aquele que se habilitar para o 1º Leilão estará automaticamente habilitado para o 2º Leilão.

O acréscimo mínimo obrigatório em relação ao lance corrente será informado no site www.agsleiloes.com.br.

Aquele que, tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - artigos 186 e 927 do Código Civil, ficará sujeito às penalidades do artigo 358 do Código Penal: Art. 358 - *Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou*

oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Aplicam-se ao certame os regramentos contidos neste Edital, no Decreto nº 21.981/1932, na Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e nas Normas de Serviço Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/SP – TOMO I naquilo em que se complementarem e não conflitarem, estando todos os textos disponíveis no [site www.agsleiloes.com.br](http://www.agsleiloes.com.br), para consulta pelos interessados, que aceitam a integralidade destas disposições ao se cadastrarem no *site*.

Será o presente edital, por extrato, afixado (se o caso) e publicado na forma da lei, suprindo eventual insucesso nas intimações pessoais e/ou postais de todos os interessados.

NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jundiaí, aos 30 do mês de abril do ano de 2.026.

Eu, _____, Escrevente, digitei.

Eu, _____, Coordenador(a), subscrevi.

SARA GABRIELA ZOLANDEK
JUÍZA DE DIREITO